



PEC 186: Redução de até 25% dos salários do funcionalismo está entre as prioridades dos novos presidentes da Câmara e do Senado

A PEC Emergencial (PEC 186/2019) foi apresentada ao Senado Federal pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em novembro de 2019, com a assinatura de 34 senadores e senadoras. Essa proposta de emenda à Constituição torna permanente o ajuste determinado pela EC 95/2016, que tem vigência até 2036 e cujos efeitos de congelamento do custeio já são sentidos.

O governo não conseguiu aprovar a PEC com a urgência que pretendia, apesar da pressão de empresários e do agora ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia. Os recém-eleitos presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (Democratas-RO), em suas primeiras manifestações depois da posse, informaram que a aprovação da PEC Emergencial está entre suas prioridades.

As restrições impostas pela PEC 186/2019 entrariam em vigor em um dos seguintes casos: se for ultrapassado o limite de gastos, se for ultrapassado limite da regra de ouro (proíbe o governo de contrair dívidas para pagar despesas correntes, como salários, aposentadoria, contas de luz e outros custeios) e se for ultrapassado limite de gasto com pessoal. As medidas se aplicam aos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Também atingem estados, Distrito Federal e municípios se as despesas superarem as receitas em 95%.

A PEC possibilita a redução salários e jornada de servidores e servidoras dos três poderes em até 25%. Mais: suspende progressões automáticas, aumentos salariais, de auxílios, vantagens e benefícios e reestruturação de carreira.

A proposta proíbe, ainda, a contratação de pessoal sob qualquer motivo e que pagamento de despesa de pessoal em caráter retroativo. Fica vedada, também, a realização de concursos e a criação de cargos públicos.

Matéria completa no site do Sintrajufe

Denúncia de descarte de livros e documentos históricos no Dnocs



Uma série de fotos tirada na última quinta (4) de um caminhão com a carroceria cheia de livros e documentos antigos estacionado no pátio do Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), na Tamarineira, Zona Norte do Recife, chamou a atenção de servidores do órgão e começou a circular em grupos de Whatsapp. A denúncia é de que o volume seria encaminhado como material reciclável para o Hospital do Câncer.

As fotos mostram livros técnicos em italiano, francês, inglês, espanhol e português publicados nos anos 1930 e 1940. Eles estão jogados uns sobre os outros sem cuidado com a sua preservação. Boa parte deles tem o selo de identificação de propriedade do DNOS, o antigo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, extinto em 1990 no governo de Fernando Collor.

Com o fim do DNOS, os livros foram transferidos para a Sudene e de lá para uma sala no Dnocs. Entre o material exposto no pátio constam também placas de inauguração de obras, como a da Primeira Etapa do Projeto de Irrigação do Moxotó, em Salgueiro, ainda sob o governo do general João Figueiredo; e do Açude Público do Rosário, na gestão do ex-presidente José Sarney.

A servidora aposentada do Dnocs Kátia Maia, que trabalhou por 36 anos na instituição como engenheira agrônoma e se aposentou em outubro de 2020, defende que o material seja encaminhado para bibliotecas públicas para que possa ser devidamente preservado e acessado pelo público em geral e por pesquisadores. Ela chama a atenção também para o fato de que o próprio acervo técnico do Dnocs funcionaria num espaço passível de inundação e sem as condições necessárias de cuidado e proteção.

Matéria completa no site <https://marcozero.org/>